

Processo eletrônico centraliza atenções em posse da diretoria do TRT-1

Os novos dirigentes do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), empossados nesta sexta-feira (1º/3), no Rio de Janeiro, tiveram que dividir as atenções com um “personagem” que, embora não integre a administração que comandará o TRT-1 no próximo biênio, foi citado direta ou indiretamente em todos os discursos. Trata-se do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho.

O PJe-JT apareceu, primeiro, no discurso da procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, Teresa Cristina d’Almeida Basteiro. Para ela, um dos principais desafios da nova direção do Tribunal será a implantação do sistema. “O PJe-JT está sendo construído ao mesmo tempo em que posto em prática. Sua edificação permanente deriva dos ajustes para que funcione adequadamente. Nesse sentido, é fundamental que as sugestões dos usuários externos, membros do MP e advogados sejam consideradas com a finalidade de se incrementar o manejo do sistema, para não se permitir que este venha a representar obstáculo ao amplo acesso à Justiça.”

A juíza Áurea Regina de Souza Sampaio, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região, elogiou “a democratização interna e a parceria do TRT”. Em seguida, afirmou que “a Amatra-1 está convencida de que os magistrados têm muito a contribuir para a gestão do TRT, especialmente neste momento em que vivemos significativas mudanças com a implementação do processo judicial eletrônico”.

Diálogo

O presidente da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz agradeceu pela “construção do diálogo” na última gestão e acenou para o enfrentamento conjunto de desafios, entre os quais “a implementação do processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho”. “Ele é indispensável, é a modernidade, mas nós temos que avançar muito para que ele seja eficiente, respeitando o tempo de migração de dezenas de procuradores, centenas de magistrados e milhares de advogados que possuem natural dificuldade nesse momento inicial”, disse o presidente da OAB-RJ. E completou: “De forma serena, tranquila e colaborativa poderemos vencer esse desafio, colocando a contribuição da advocacia para a justiça do povo brasileiro”.

Em seu primeiro pronunciamento como presidente do TRT-1, o juiz Carlos Alberto Drummond, que desde 2007 compõe a administração do Tribunal — primeiro como vice-corregedor e depois como vice-presidente — optou por um tom conciliador, apostando na colaboração. “Tenho a convicção de que comungamos da mesma apreensão, sabedores da importância e responsabilidade de cada um”, disse, antes de afirmar que todos na direção do TRT-1 “partilham a certeza de que encontraremos portas abertas e companheiros prontos a colaborar”.

Ao tratar mais diretamente do processo eletrônico, Carlos Alberto Drummond enfatizou a carência de servidores. “Na área de tecnologia da informação, verifica-se ganhos de qualidade, apesar da deficiência de pessoal. Nosso papel há de ser dar continuidade, sem perder de vista a incessante busca de reforços, particularmente na conquista de contingente de pessoal compatível com as necessidades.”

Composição



A administração do TRT-1 para o biênio 2013-2015 será composta, também, pela vice-presidente Maria das Graças Cabral Viegas Paranhos, da corregedora Ana Maria Soares de Moraes, da vice-corregedora Glória Regina Ferreira de Mello, da ouvidora Edith Maria Corrêa Tourinho, do diretor da Escola Judicial da 1ª Região Evandro Pereira Valadão Lopes, do presidente da Seção de Dissídios Individuais Theócritos Borges dos Santos Filho, da diretora do Centro Cultural do TRT-RJ Rosana Salim Villela Travesedo, e da presidente da Comissão de Responsabilidade Socioambiental Maria Aparecida Coutinho Magalhães.

A desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, que presidiu o TRT no último biênio, não pôde participar da cerimônia por causa da morte de sua mãe, um dia antes. A transmissão do cargo ficou por conta do desembargador Luiz Augusto Pimenta de Mello, em sua última sessão antes da aposentadoria.